

GIORGI, Gabriel. *Formas comuns: animalidade, literatura, biopolítica*. Trad. Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2016. (Coleção Entrecríticas)

Rafaela Scardino

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo / Brasil

rafaelascardino123@gmail.com

Recebido em: 8 de agosto de 2016

Aprovado em: 18 de janeiro de 2017

A questão das vidas que devem ser preservadas e daquelas que serão relegadas ao apagamento é um tema que vem pautando significativamente a produção intelectual contemporânea, e ganha contornos muito instigantes nas análises feitas por Gabriel Giorgi em *Formas comuns: animalidade, literatura, biopolítica*, obra lançada recentemente pela Rocco como parte da coleção Entrecríticas, coordenada por Paloma Vidal. O livro, dividido em quatro capítulos, aborda a discussão sobre biopolítica na literatura latino-americana das últimas décadas, através das figurações animais que perpassam os textos a serem analisados ao longo do volume.

O autor, logo na introdução do livro, nos fala de um reordenamento das relações entre animais e humanos nas produções literárias de nosso continente a partir da década de 1960: o animal deixa de representar a “natureza”, que deve ser combatida em nome da “civilização”, para, ainda em suas palavras, passar a “*funcionar de modo cada vez mais explícito como um signo político*”.¹ O animal trazido à discussão por Giorgi nos dá a ver, nas narrativas por onde circula, as hierarquias que se abatem sobre os corpos. Há, diz o autor, um deslizamento entre o animal e o vivente, encenado nos textos eleitos para análise, que deixará descobertas

¹ GIORGI. *Formas comuns: animalidade, literatura, biopolítica*, p. 10, grifos do original.

as relações que se estabelecem entre as vidas que devem ser protegidas e aquelas que se destinam ao abandono.

O primeiro capítulo, intitulado “Os animais desaparecem: ficção e biopolítica menor”, traz uma perspicaz leitura do conto “Meu tio o Iauaretê”, de João Guimarães Rosa, em diálogo com produções argentinas da mesma época, como o *Bestiário*, de Julio Cortázar, e o *Manual de zoologia fantástica*, de Jorge Luis Borges. Diferentemente de leituras já canonizadas do conto rosiano, que enxergam no narrador a permanência, ou o resgate, de uma cultura ancestral que se perde com os progressos supostamente civilizatórios, Giorgi vê no narrador do conto um ente caracteristicamente moderno, como força de trabalho que já perdeu suas relações de pertencimento a qualquer lugar ou agrupamento humano. Assim, o narrador não reafirmaria uma cultura tradicional em oposição à modernidade, mas traria inscrito em seu corpo um corpo em devir entre a animalidade e a humanidade, “um fazer variar a partir das novas regras de jogo próprias da modernidade”.² Esse vivente, numa indefinição entre humano e animal, expõe, segundo o autor, uma “lógica de variações” que traça as coordenadas de uma nova comunidade possível, que não parta mais da premissa do pertencimento e da identidade, mas uma comunidade que, tal como o narrador, esteja em devir, reconfigurando as noções mesmas do comum. Outro ponto inovador da análise de Gabriel Giorgi sobre o conto de Rosa são as relações linguísticas estabelecidas pelo falar do narrador, ou melhor, as indeterminações entre palavra e voz que a constituem, inscrevendo “*o animal como o barulho na língua*”.³ O barulho faria parte do que escapa ao mundo público, político e (bio) politizado. Os sentidos que se mobilizam, então, ultrapassam a questão do entendimento e instalam na língua uma indeterminação repleta de potencialidades, que teriam a capacidade de redefinir os limites da compreensão e do comum na linguagem.

Já o segundo capítulo volta-se para a obra de Clarice Lispector, em especial para os volumes *A paixão segundo G.H.* e *Água viva*. Em sua análise de *A paixão segundo G.H.*, Giorgi põe em discussão a proximidade humano/animal, analisando como questões de classe e raça interseccionam-se com as figurações da animalidade, deixando claras contiguidades entre corpos humanos menores e corpos animais. O espaço

² GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 59.

³ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 83, grifos do original.

interior, doméstico, torna-se espaço político, ou melhor, biopolítico, aproximando e distanciando “os corpos da narradora, da empregada e do animal; os corpos da proprietária – o corpo ‘próprio’ – e o das invasoras”,⁴ que deverão ser assimilados, apropriados pelo ordenamento docilizador e civilizatório cuja figura-chave é, a princípio, G.H. A escrita de Clarice, afirma Giorgi, contesta e disputa sentidos estabilizados para os viventes, as balizas que demarcam limites entre os corpos. Na obra clariceana, afirma o autor, a vida é “espaçamento, adesão e desvio; variação e impropriedade”.⁵ Ao analisar *Água viva*, por sua vez, o autor se volta para a conhecida frase “Não vou ser autobiográfica. Quero ser ‘bio’”,⁶ colocando em cena as indeterminações e o informe que caracterizam esse “bio” clariceano, que “é o inapropriável, o impróprio, o que não pode ser reduzido ou codificado sob o signo da propriedade, do sujeito, do social ou do humano”.⁷

Entre o segundo e o terceiro capítulos, demarcando um ponto de virada no livro, Giorgi faz um excuro para analisar o recurso do advogado Sobral Pinto aos direitos dos animais, na defesa de um dos presos políticos envolvidos na Intentona Comunista de 1935. Antes da criação da ONU e da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, Sobral Pinto recorre ao Decreto de Proteção dos Animais, promulgado por Getúlio Vargas em 1934. Assim, movimentando os limites entre animal e humano, Sobral Pinto desloca as diferenciações biopolíticas que estão no cerne do poder soberano. A análise de Giorgi destaca a coincidência entre o ato legal de borramento deste limite e o aparecimento, pouco tempo depois, das obras de Rosa e Clarice, que se valem de mecanismos semelhantes, ainda que no terreno estético.

O terceiro capítulo do livro, “A lição animal: pedagogias *queer*”, nos traz três “lições” a partir das obras do argentino Manuel Puig, do brasileiro João Gilberto Noll e da uruguaia Marosa di Giorgio. Nesse capítulo, as sexualidades desviantes, costumeiramente associadas, em tom negativo, à animalidade e à monstruosidade, serão analisadas como ícones de uma nova fronteira no uso dos corpos e na contestação ao

⁴ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 105.

⁵ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 127.

⁶ LISPECTOR. *Água viva*, apud GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 133.

⁷ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 134.

ordenamento biopolítico da reprodução, pois, escreve o autor, “*sair do gênero normativo é sempre, em alguma medida, sair da espécie*”.⁸ O animal, em Puig, seria um umbral de “desfiguração” do humano, num corpo que perde os contornos daquilo que, demarcando sua humanidade, garantia sua pertença às vidas por preservar. Desse modo, o corpo do homossexual e o do prisioneiro político animalizam-se numa ambivalência “onde a fronteira entre a vida e a morte se torna indeterminada, e por isso mesmo política”.⁹ Já na obra de Noll, ao analisar o romance *Acenos e afagos*, Giorgi aproxima a fluidez entre gêneros presente na narrativa da ilegitimidade de uma fronteira interespecie. Fora das circunscrições de gênero e espécie, os corpos de Noll abdicam do próprio, apresentando uma corporalidade aberta, nômade. O corpo, em Noll, é encarado “como tecido de relações mais que como entidade voltada sobre si mesma; o corpo, enfim, como crítica – e não como suporte – da individualidade”.¹⁰ Os relatos contidos nos *Misales*, de Marosa di Giorgio, destaca o autor, são de uma heterossexualidade restrita, abalada, no entanto, pela presença animal. Tal como no romance de Clarice Lispector, novamente estamos lidando com um mundo doméstico, familiar, mas inundado de um desejo que defronta os limites que lhe são tradicionalmente impostos. Nesse contexto, os animais, um terceiro elemento sempre presente nas relações entre as personagens masculinas e femininas dos relatos, interrompem, afirma Gabriel Giorgi, não apenas as fronteiras entre espécies, mas também entre gêneros, fluidificando as performances masculina e feminina que se apresentam, no registro do humano, fortemente demarcadas. Os corpos humanos, em relação com os dos animais, perdem seu contorno definido, apresentando-se num desbordamento múltiplo. Isso, escreve o autor, não se deve apenas à presença animal, mas também à sexualidade, “como se o sexo empurrasse os corpos para uma borda onde se tornam indefinidos, se tornam secreções, pontos de intensidade, zonas de sensação, mas não organismos nem corporalidades legíveis”.¹¹

⁸ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 159, grifos do original.

⁹ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 172, grifos do original.

¹⁰ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 190.

¹¹ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 195-196.

Por fim, o quarto capítulo do livro analisa a narrativa *La ciudad de las ratas*, do argentino Copi. Nesse texto em que ratos e humanos subalternizados estabelecem uma aliança contra a dominação por outros humanos, encontramos a encenação do não cidadão como mais próximo do animal que do humano: “estes humanos são como nós”, afirma um dos ratos da narrativa de Copi, “a prova: são prisioneiros de humanos”.¹² O animal, reitera Giorgi, “serve à cultura para contestar *mecanismos ordenadores de corpos*”.¹³ O texto de Copi encenaria uma comunidade que abdica do humano como índice de pertencimento, abrindo-se para a heterogeneidade de corpos viventes “contra a ordem de uma cidadania fundada na violência da lei”.¹⁴ Esses corpos supérfluos, humanos e animais, deslocam os ordenamentos de instauração da cidadania e do pertencimento, desafiando e criando uma nova possibilidade de políticas do comum.

O contundente livro de Giorgi se encerra com uma coda em que se retomam e aprofundam as questões colocadas pelos textos analisados à noção de indivíduo e àquela que aproxima vida e propriedade. Os corpos que resistem às demarcações, e se abrem para aquilo que transborda o indivíduo, são “a uma só vez pré-individuais e múltiplos: têm lugar ali onde são irredutíveis ao contorno demarcado e delimitado do individual”.¹⁵ A capitalização da vida, processo de que os animais são vítimas e testemunhas, chega ao humano, à vida e ao corpo entendidos como “próprios” e, por isso, apropriáveis. Contra tal ordenamento, o livro de Gabriel Giorgi se propõe a pensar a literatura e a cultura como práticas fundadoras de outras lógicas possíveis, buscando delinear novas configurações do comum e das relações entre viventes, sejam humanos ou animais.

¹² GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 207.

¹³ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 211, grifos no original.

¹⁴ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 215.

¹⁵ GIORGI. *Formas comuns*: animalidade, literatura, biopolítica, p. 224.